

COMÉRCIO EXTERIOR

Encontros no Itamaraty e no Palácio da Alvorada fortalecem expectativa de conclusão do tratado histórico, negociado há mais de duas décadas, até dezembro

Ricardo Stuckert / PR



Presidente Lula e alta representante da União Europeia para Política Externa, Kaja Kallas, em reunião no Palácio do Alvorada

UE visita Brasil e acelera acordo com Mercosul

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

A visita da delegação da União Europeia (UE) ao Brasil na semana passada, com encontros no Ministério das Relações Exteriores e reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio da

Alvorada, reforçou as expectativas de que o acordo entre Mercosul e União Europeia seja concluído até dezembro deste ano. A previsão foi confirmada pelo Itamaraty, que vê a presidência temporária brasileira no Mercosul como janela de oportunidade para finalizar as negociações até o final do ano.

Para o internacionalista Alexandre Andreatta, do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), a visita marcou um momento estratégico, destacando-se pelo timing favorável das negociações, em que Brasil e Europa buscam alternativas ao protecionismo dos Estados Unidos. “O Brasil sofreu as tarifas

dos Estados Unidos, assim como a Europa também sofreu. O Brasil está buscando compensações e outros parceiros comerciais, e a União Europeia vê isso como uma grande oportunidade”, avaliou.

Durante os encontros, o presidente Lula e o chanceler Mauro Vieira e a Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Kaja Kallas, discutiram pautas como a defesa do multilateralismo. O tratado de livre-comércio entre os blocos prevê a redução mútua de tarifas de importação para produtos alimentícios, farmacêuticos e produtos industriais.

EFTA

O avanço nas negociações com a União Europeia ocorre pouco depois da assinatura, na semana passada no Palácio do Itamaraty, do tratado de livre-comércio entre Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). O acordo, negociado desde 2017, elimina 100% das tarifas de importação dos setores industrial e pesqueiro, beneficiando quase 99% do valor das exportações brasileiras ao bloco formado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

As expectativas para que haja a assinatura do tratado entre Mercosul e União Europeia também foram repercutidas pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Geraldo Alckmin. “Estamos muito otimistas. Esse será um acordo ganha-ganha, importante para a União Europeia, Mercosul e para o Brasil. Ele trará um impulso estratégico para o multilateralismo e para a inserção competitiva do Brasil no mercado global”, declarou.

Estudos apresentados pelo ministério indicam que as exportações brasileiras para a União Europeia poderiam crescer 6,7% na agricultura, 14,8% nos serviços e 26,6% na indústria de transformação.

Multilateralismo

A movimentação reflete uma busca mundial por acordos comerciais formais, contrastando com o protecionismo americano. Vito Villar, coordenador de Comércio Internacional da BMJ Consultores, observa que não se trata de um movimento isolado do Mercosul. “A sinalização mais importante é essa busca do Mercosul e de outros países por acordos multilaterais de livre comércio bem estruturados, depositados na OMC, diferentemente dos acordos executivos que os Estados Unidos vêm tratando, pouco formalizados”.

Para Villar, essa tendência “sinaliza um grande ímpeto internacional na busca pela formalidade, por acordos concretos que abram de fato o mercado, na contramão do protecionismo americano atual. É uma sinalização do comércio internacional em busca de abertura de mercados”.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

O centro quer o poder

A semana em que 341 deputados federais decidiram sair do armário — exatos dois terços do total de 513, excluindo dessa amplíssima maioria os 12 do PT que também votaram na chamada PEC da Blindagem —, tende a ser muito mais relevante para o que virá à frente que a condenação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de Jair Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão na semana anterior. Em português castiço: a fila andou.

O fio condutor entre tais eventos ainda não está bem percebido. O golpismo foi punido com gosto, inclusive militares graduados. E a direita moderada, eclipsada desde 2003 pela sedução das emendas orçamentárias e das autarquias e estatais entregues de porteira fechada pelos governos petistas, começa a desistir do aluguel de seu apoio para formar a maioria parlamentar que a esquerda nunca obteve por si própria no tal “presidencialismo de coalizão”. Também começa a desalojar o campo ocupado pela fração radical da direita, despertada pela eleição em 2018 de Bolsonaro, um deputado de atuação medíocre, que no início da ascensão do PT chegou a ser da base de apoio de Lula. Integrava o que, depreciativamente, se apelidou de Centrão: os partidos de direita, de centro-direita e de centro-esquerda de linha programática flácida e fisiológicos.

O bolsonarismo politizou, por assim dizer, a direita moderada. E a prisão de Bolsonaro, que já estava com seus direitos políticos cassados até 2030 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a encorajou a reivindicar a primazia da porção majoritária do eleitorado. A falta de novidades na volta de Lula ao palco, além de sua flexão mais à esquerda, enfim, foi o sinal para ela deixar de ser coadjuvante e buscar o estrelato.

Mas um sujeito oculto, com ares de senhorio do regime tripartite dos poderes constitucionais, foi, no recôndito de cada voto da malfadada emenda constitucional que restabelece a obrigação de parlamentar só poder ser processado se tiver permissão dos pares, a causa real do movimento que pegou muitos de surpresa: o STF ser visto pelos parlamentares como usurpador do poder legislativo.

A essa PEC se seguiu o projeto de lei da anistia, cuja amplitude está sendo negociada, mas não deve inocular Bolsonaro. Afinal, a tentativa de golpe existiu. O que poucos viram, e daí a surpresa, é que para muitos partidos também há um golpe do judiciário.

Plano do Centrão para 2026

Esses eventos são disruptivos, apesar de parte dos deputados e senadores dos seis maiores partidos de centro e de direita ainda relutarem em se assumirem como maioria política. Nada estranho.

Se até Paulo Maluf, “filhote da ditadura” de acordo com o líder trabalhista Leonel Brizola, não se dizia de direita, vista pela imprensa e pela intelectualidade como sinônimo de fascismo, a reticência é compreensível. O novo leva tempo para ser absorvido.

Pior: a política virou zombaria. Para eleger Fernando Haddad em 2012, prefeito de São Paulo, Lula não se avexou em levá-lo à casa de Maluf para pedir seu apoio. Maluf exigiu uma foto dos três na frente de sua casa, com Haddad aparentando constrangimento.

O aliciamento parlamentar pelo governante de turno também virou meio de vida, além de causa de escândalos de corrupção seriados — mensalão, Lava Jato, orçamento secreto, emendas Pix etc.

Mas algo mudou, e outra vez devido ao vaivém da Corte Suprema: primeiro, a prisão de Lula em 2018, seguida de sua libertação pelo STF por razões processuais 580 dias depois. Agora, a condenação de Bolsonaro por uma das duas turmas de cinco juízes do STF, onde se votam causas de menor complexidade, o que não seria o golpismo de Bolsonaro et cetera, e não pelo seu pleno dos onze ministros.

As razões para a tentativa de alforria do dito Centrão, portanto, só circunstancialmente têm a ver com o afastamento de Bolsonaro da vida pública. Ele poderá até cumprir a pena em casa. Só não deverá ser o mandachuva da direita centrista, como alguns acreditam. Não se depender do Centrão, cujo plano é unificar, politicamente, o Executivo ao Legislativo, o que nunca existiu desde FHC.

O motivo real da encrenca

Isso é o que se discute e se briga nos bastidores da política. É seqüela da decisão de Lula, tomada em dezembro de 2022, de topar o canto de sereia do Centrão para aprovar, no apagar das luzes da legislatura passada, a PEC da Transição, criando R\$ 160 bilhões de despesas ao relento da receita na lei orçamentária de 2023.

O orçamento herdado veio embuchado da parte “secreta”, o naco dos gastos pilotados sob a forma de emendas a cada parlamentar pelos comandos da Câmara e do Senado a pretexto de formar a maioria que Bolsonaro não dispunha, e Lula também não. Um jogo pesadíssimo.

A alternativa para evitar que o Congresso assumisse o controle do gasto, como ocorreu quando Bolsonaro, temendo o impeachment pelo seu papel desastroso na pandemia, cedeu na prática ao Centrão, teria sido Lula editar, já no início de 2023, uma medida provisória para abrir crédito extraordinário de cerca de R\$ 80 bilhões — valor suficiente para manter o Bolsa Família em R\$ 600 e garantir aumento real do salário mínimo. A proposta foi defendida por caciques experientes do MDB e contou com aval do TCU.

O que o governo desconsiderou ao optar pela PEC? Que o grosso das emendas se tornou impositiva e que a maioria para aprovar projetos do executivo vem da distribuição discricionária de verba, manejada pelo comando das Casas legislativas. Antes, cabia ao governo.

Lula discordou, por óbvio. A caciquia bateu pé, e... E o STF, com relatoria do ministro Flávio Dino, o mais político da Corte, pós a PF e a CGU para investigar a aplicação das emendas. Com corrupção não se faz vista grossa. Mas os inquéritos estão sob sigilo, mais de 50 foram abertos, e ficou a sugestão para os partidos de centro que, se apoiarem o governo, nada vai acontecer. Esse é o problema.

Moderação sem delinquência

Feita às pressas, a PEC da Blindagem é inepta, sobretudo por não excluir da proteção de ofício os crimes de corrupção. Como já foi antecipado, deve ser barrada no Senado ou ao menos sofrer ajustes.

Mas não é por Bolsonaro que os partidos, donos de ampla maioria no Congresso e nos governos estaduais e municipais — numa proporção de 80% a 20% —, estão empenhados em mexer no status quo político. Fazem isso em causa própria, de olho na chance de ampliar suas bancadas e eleger o próximo presidente. É nesse ponto que o passe de Bolsonaro ganha algum valor, caso ele decida apoiar um nome que lhe seja confortável e que também agrade ao centro.

Um candidato de direita moderada competitivo deve tirar o Brasil do foco dos EUA de Trump sem preocupar a China de Xi Jinping, além de afastar de alguns ministros do STF o temor de revanchismo.

Está na mesa de negociação esta opção, se o centro relevante não se dispersar nem se deixar levar pelas manobras especulativas e as ameaças veladas na imprensa e redes sociais por cada lado. E isso num tempo em que o PCC e as facções do crime mostram suas garras.



VOTAÇÕES ABERTAS

A mostra que destaca o melhor da arquitetura, do design de interiores e do paisagismo já está de portas abertas! Desde 13 de agosto, a **CASACOR Brasília ocupa a Casa do Candango com 51 ambientes criados por 58 profissionais** – reunindo grandes nomes e novos talentos, todos guiados pelo tema **“Semear Sonhos”**.

Chegou a hora de votar e é você que vai decidir quais projetos te encantaram com sua criatividade, inovação e emoção.



Não perca essa oportunidade única
ESCOLHA O SEU FAVORITO

Realização: CASACOR / BRASÍLIA CORREIO BRAZILIENSE CB Brands

